

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS DO PROGRAMA

Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão - PROFISCO II - MA

Contrato de Empréstimo n.º 4458/OC-BR

Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão – SEFAZ/MA

Período: Fevereiro a Abril de 2022

Opinião sem Ressalva

Examinamos as Demonstrações Financeiras Básicas do Projeto, compreendendo a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2021, a Demonstração de Investimento Acumulados em 31 de dezembro de 2021, expressos em dólares, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, correspondentes ao Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão-Profisco II, elaboradas pela Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão e financiados com recursos do Contrato de Empréstimo n.º 4458/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes do Governo do Estado do Maranhão, em atendimento ao disposto na Cláusula 5.02 (a) das Disposições Especiais do referido Contrato de Empréstimo.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do Projeto em 31 de dezembro de 2021, de conformidade com o critério contábil de caixa descrito no item 02 da Nota Explicativa de 11 de fevereiro de 2022.

Base para Opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida em conformidade com as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs, por sua sigla em inglês), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), que são convergentes – com as adequações de concordância – com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA, por

sua sigla em inglês), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), e requerimentos específicos do BID. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “*Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras*”. Somos independentes em relação ao Programa, de acordo com os princípios éticos relevantes para nossa auditoria de demonstrações financeiras previstos no Código de Ética do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e da INTOSAI, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafo de ênfase e outros assuntos: sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para os seguintes:

Ênfases:

● **Bases Contábeis:** A nota explicativa 2022 às demonstrações financeiras descreve a base de elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras básicas, elaboradas para auxiliar o Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão-Profisco II, a demonstrar o cumprimento da Cláusula 5.01 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo nº 4458/OC-BR. As demonstrações financeiras foram elaboradas para fornecer informações para usuários internos e o BID. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outras finalidades.

● **Insuficiência do Controle Interno:** Foram registradas irregularidades formais na organização dos processos de contratação e pagamento de despesas do exercício auditado, que já haviam sido objeto de recomendação na auditoria anterior, conforme Relatório de Auditoria item 5 - Aquisição de bens e serviços, que embora sanadas com as justificativas/documentos apresentados conduzem a insegurança e falta de transparência. Não obstante, no final do exercício auditado, tenha sido realizada a contratação de consultorias visando a melhoria nos procedimentos de controle relativos ao programa, as falhas persistem. Assim sendo, deve-se

atentar para a adoção de procedimentos de controle tendo em vista a formalidade do processo de execução da despesa pública contribuir para assegurar a idoneidade da aplicação dos recursos e promover a transparência dos atos, conforme recomendado no Relatório de Auditoria itens 5 - Aquisição de bens e serviços, e 7 – Controle Interno. Nossa opinião não está modificada sobre esse assunto.

Outros Assuntos:

•**Pandemia de Covid-19 (coronavírus):** Em virtude da edição das Portarias TCE/MA n.º 188/21, e n.º 67/2022, que instituiu o Regime de Teletrabalho Obrigatório, temporário, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em decorrência das medidas de isolamento social, utilizadas para prevenir o contágio e a disseminação do novo coronavírus, adotadas pelos governos Estadual e Municipal, a equipe de auditoria ficou impossibilitada de realizar os procedimentos de auditoria in loco, restringindo-se a análise documental, sem prejuízo para as conclusões expressas neste relatório.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão-Profisco II é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com o critério contábil de caixa, descrito no item 2 das Notas Explicativas 2022, o qual inclui determinar que o critério de caixa constitui uma base contábil aceitável para a preparação das demonstrações financeiras nas circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pelo Projeto e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).

Os responsáveis pela governança do Projeto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras do Projeto.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

· Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

· Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão – SEFAZ/MA.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos subjacentes de forma a alcançar a apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Relatório sobre outros requisitos legais e/ou regulatórios

Em nossa opinião, durante o exercício de 2021, exceto quanto às cláusulas 3.02 – Usos dos recursos do Empréstimo, 4.03 – Aquisição de Bens e Contratação de Serviços, 4.08 – Manutenção, e artigo 6.05 – Utilização dos Bens, 6.01ª **Sistema de Gestão e controle financeiro** (Normas Gerais), não foram observadas situações que indiquem descumprimento das cláusulas financeiras do Contrato de Empréstimo nº 4458/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento, conforme pode ser observado no item 06 do Relatório de Auditoria do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão - Profisco II.

São Luís/MA, 29 de abril de 2022.



Matilene Rodrigues Lima (Coordenadora)
Auditora de Controle Externo – Mat. 8516



José Elias Cadete dos Santos Sobrinho
Auditor de Controle Externo – Mat. 6742



Margarida Maria Santos Souza
Auditor de Controle Externo – Mat. 6742



Maria Irene Rabelo Pereira
Auditora de Controle Externo – Mat. 7369



Sônia Regina Machado Tobias
Auditorade Controle Externo – Mat. 8458



Helvilane Maria Abreu Araujo

Lider 2– Mat. 8219



Clécio Jads Pereira de Santana

Gerente NUFIS 1

Revisado.

São Luís, 29 de abril de 2022.

FABIO ALEX COSTA REZENDE DE
MELO

Assinado de forma digital por FABIO ALEX COSTA
REZENDE DE MELO
Dados: 2022.04.29 14:03:53 -03'00'

Fábio Alex Costa Rezende de Melo

Secretário de Fiscalização Membro do Controle de Qualidade

NOME DO MUTUÁRIO OU DA ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO MARANHÃO
Nº do Contrato de Empréstimo ou Convênio de Cooperação Técnica: 4458-OC/BR
Exercício: 2021

Categorias de Investimento		Orçamento Vigente			Acumulado até Exercício 2020			Movimento do Exercício 2021			Acumulado até Exercício 2021			Orçamento a Realizar		
		TOTAL PROJETO	BID	LOCAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	TOTAL PROJETO	BID	LOCAL
1.1	GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	17.900.000,00	17.900.000,00	0,00	4.804.138,41	0,00	4.804.138,41	1.597.339,24	0,00	1.597.339,24	6.401.477,65	0,00	6.401.477,65	11.498.522,35	11.498.522,35	0,00
1.2	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	14.931.580,00	14.931.580,00	0,00	1.291.655,86	0,00	1.291.655,86	1.819.616,40	1.801.236,13	3.620.852,53	3.111.272,26	1.801.236,13	4.912.508,39	10.019.071,61	11.820.307,74	-1.801.236,13
1.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	5.000.000,00	1.100.000,00	3.900.000,00	0,00	1.324.366,75	1.324.366,75	0,00	1.089.586,85	1.089.586,85	0,00	2.413.953,60	2.413.953,60	2.586.046,40	1.100.000,00	1.486.046,40
2.1	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	178.000,00	178.000,00	0,00	6.132,70	0,00	6.132,70	19.708,85	0,00	19.708,85	25.841,55	0,00	25.841,55	152.158,45	152.158,45	0,00
2.2	AUDITORIA	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00	240.000,00	0,00
3.1	CONTINGÊNCIA	650.420,00	650.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650.420,00	650.420,00	0,00
A	Subtotal	38.900.000,00	35.000.000,00	3.900.000,00	6.101.926,97	1.324.366,75	7.426.293,72	3.436.664,49	2.890.822,98	6.327.487,47	9.538.591,46	4.215.189,73	13.753.781,19	25.146.218,81	25.461.408,54	-315.189,73

Myrthes Barbosa Frota

Assinatura(s) Autorizada(s)

Myrthes Barbosa Frota

Coordenadora Geral
PROFISCO II
Mat. 277459

Nome(s) e Cargo(s)

11/02/22

Data

Tacianna R. M. Duarte

Tacianna R. M. Duarte
Coord. Adm. Financeira
UCP/PROFISCO II
Mat.: 881733



Banco Interamericano
de Desenvolvimento

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

(Expresso em US\$ dólares)

NOME DO EXECUTOR: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO MARANHÃO - SEFAZ

PROGRAMA: PROFISCO II

Nº do Contrato de Empréstimo ou Convênio de Cooperação Técnica: 4458-OC/BR (BR-L1500)

Período de 01/01/2021 a 31/12/2021

	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS			
Acumulado no início do período	7.715.226,30	1.339.728,97	9.054.955,27
Durante o período	5.723.711,47	2.969.175,57	8.692.887,04
. Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pagto diretos acumulados até dez/21)	13.438.937,77	4.215.189,73	17.654.127,50
. Rendimentos de aplicação financeira		93.114,74	93.114,74
. Ajuste de Exercícios Anteriores	- 7.715.226,30	- 1.339.728,97	0,00
. Outros (detalhar)	0,00	600,07	0,00
Em função de bloqueios judiciais determinados na Conta 8620-7, Agência: 3846-6 – BB, uma diferença a maior de R\$ 3.348,35 (três mil, trezentos e quarenta e oito reais e trinta e cinco centavos), correspondente a US\$ 600,07, ao câmbio de 31/12/2021, foi apurada no saldo em 31/12/2019, oriunda dos bloqueios judiciais e composta pelos valores a maior correspondentes a devoluções determinadas com rendimentos + entrada de valor de bloqueio realizado em outra conta do estado, conforme detalhamento do Banco do Brasil.	0,00	600,07	0,00
Total de Recursos Recebidos	13.438.937,77	4.308.904,54	17.747.842,31
DESEMBOLSOS EFETUADOS			
Acumulado no início do período	6.102.511,89	1.324.656,33	7.427.168,22
Durante o período	3.436.079,57	2.890.641,25	6.326.720,82
. Solicitação/Justificativa de desembolso apresentada ao BID acumulado até dez/2021	7.568.626,35	3.296.575,71	10.865.202,06
. Ajuste de Exercícios Anteriores	- 6.102.511,89	- 1.324.656,33	0,00
. Pagtos por Bens e Serviços Pendentes de comprovação/justificativa	1.969.965,11	918.614,02	2.888.579,13
. Outros	0,00	107,85	107,85
Diferença decorrente de taxa bancária em 24/08/2021. ORPAG ORIGEM EXTERIOR, no valor de R\$ 550,00.	0,00	103,75	103,75
Diferença decorrente de variação cambial	0,00	4,10	4,10
Total Desembolsado	9.538.591,46	4.215.297,58	13.753.889,04
SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO	3.900.346,31	93.606,96	3.993.953,27

As notas anexas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Tacianna R. M. Duarte

Tacianna R. M. Duarte
Coord. Adm. Financeira
UCP/PROFISCO II
Mat.: 881733

Myrthes Barbosa Frota
Myrthes Barbosa Frota
Coordenadora Geral
PROFISCO II
Mat. 277459



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO MARANHÃO
PROFISCO II – MARANHÃO
Nº CONTRATO: 4458/OC-BR (BR-L1500)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Programa
(Valores expressos em dólar norte americano)

1. Programa

Objetivo: O objetivo do Projeto é construir para sustentabilidade fiscal do Estado por meio da: (i) modernização da gestão fazendária; (ii) melhoria da administração tributária; e (iii) melhoria da gestão do gasto público.

Descrição O Projeto faz parte da Linha de Crédito Condicional (CCLIP), Programa de Modernização da Gestão Fiscal no Brasil – PROFISCO II, aprovada pela Diretoria Executiva do Banco por meio da Resolução DE-131/17, datada de 21 de fevereiro de 2019, sob o número (BR-L1500).

O Projeto está estruturado em 3 (três) Componentes:

● **Componente I – Gestão fazendária e transparência fiscal:**

Este componente tem como objetivo fortalecer os instrumentos de gestão, modernizar a infraestrutura tecnológica e a relação do fisco com os contribuintes, e financiará:

- a) *Fortalecimento da gestão por resultado, incluindo:* (i) sistemas corporativos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) implementados. Refere-se à integração do sistema de monitoramento estratégico com os de gestão de Recursos Humanos, Tecnologia e Orçamento, revisão dos indicadores de gestão, metas e alinhamento de recursos da SEFAZ (humanos, físicos, financeiros e tecnológicos) assim como à massificação da cultura de gestão por resultados; e (ii) modelo de gestão de riscos operacionais implantado.
- b) *Implementação da gestão estratégica de recursos humanos*, por intermédio de (i) modelo de gestão estratégica destinado à atualização dos postos de trabalho baseada em competências e critérios para preenchimento dos cargos de direção, avaliação de desempenho e plano de desenvolvimento individual; e (ii) planos de desenvolvimento das competências fazendárias, baseados na gestão de competências, com diretrizes para treinamento e alinhamento com a estratégia organizacional.
- c) *Fortalecimento do planejamento e gestão de Tecnologia da Informação (TI)*, por meio de (i) sistemas atualizados, com planos de TI, documentação dos sistemas antigos e sua recodificação com as novas tecnologias de software, atualização do sistema de gestão da segurança da informação e arquitetura de sistemas históricos de TI; (ii) soluções implementadas incorporando soluções de inteligência artificial e novas tecnologias (Big Data e Link Data); e (iii) instrumentos de segurança implantados, para o reforço do sistema de contingência, implantação de firewall e de sistema de segurança física no datacenter e no banco de dados.
- d) *Melhoria da gestão de compras e contratos*, mediante implementação dos módulos de planejamento, gestão de compras e de contratos, e supervisão de contratos administrativos implantados, contemplado a análise, modelagem e automatização de processos de gestão de compras e contratos no desenvolvimento de módulos de planejamento de gestão de contratações e de contratos em execução e de fiscalização.

- **Componente II - Administração tributária e contencioso fiscal:**

Este componente tem como objetivo aumentar as receitas próprias e simplificar o cumprimento das obrigações tributárias, e financiará:

a) *Melhoria do acompanhamento fiscal dos grandes contribuintes*, por meio de um programa de especialização e de monitoramento sobre setores de energia, comunicação, comércio exterior e combustíveis, incluindo: formalização de unidade de monitoramento e controle de setores especializados, capacitação de auditores fiscais e aumento de uso de ferramentas tecnológicas para simplificar e tornar os processos fiscais mais seguros.

b) *Fortalecimento do controle fiscal e da inteligência*, por meio de: (i) sistema de planejamento, execução, controle e avaliação de ações fiscais implementado, que consolide critérios de seleção para contribuintes com uma interface que inclui vários atores no processo de ação fiscal em suas diversas modalidades e no uso da certificação digital em comunicação com o contribuinte; e (ii) ferramentas de controle para o trânsito de mercadorias modernizadas, incluindo a automação de controles visuais móveis e de controle de operações interestaduais e a melhoria da infraestrutura das unidades fiscalizadoras.

c) *Simplificação das obrigações tributárias*, por meio de: (i) sistema de unificação das obrigações acessórias tributárias implementado com módulos eletrônicos de cruzamento de dados, comunicação via web para integrar o fisco com o contribuinte e disponibilizar relatórios para gerenciar as informações obtidas dos arquivos da Escrituração Fiscal Digital (EFD); (ii) Sistema Rede Nacional para a Simplificação de Registros e da Legalização dos eventos cadastrais específicos do Estado do Maranhão (registro, baixas e reativação do registro comercial); e (iii) Sistema do Portal Único de Comércio Exterior implantado, por meio da integração do banco de dados de comércio exterior.

d) *Fortalecimento do contencioso fiscal*, por meio de: (i) procedimentos nas instâncias julgadoras administrativas fortalecidos, pelo redesenho de processos organizacionais, pelo desenvolvimento de solução informatizada de apoio aos juízes, elaboração de manuais eletrônicos e capacitação dos auditores para melhor instrução dos autos de infração e dos julgadores e para a utilização dos sistemas de informação; e (ii) sistemas de contencioso judicial integrado, incluindo módulos para: controle, gestão do crédito tributário, análise do perfil da dívida ativa e cruzamento de dados, gestão de risco de carteira e execução do crédito tributário.

e) *Consolidação da assistência integral ao contribuinte*, por meio de: (i) modelo de assistência integral ao contribuinte implantado, pelo desenvolvimento de manuais e aplicativos, pela certificação de pessoal de assistência as contribuintes e a melhoria da infraestrutura física de TI; e (ii) mecanismo de busca avançada da legislação tributária implementado, com a criação de banco de dados sobre legislação, procedimento de informações e consulta web da legislação.

f) *Fortalecimento dos serviços de arrecadação*, por meio de: serviços de arrecadação disponíveis no sistema SEFAZ.net, através da automação de processos de cobrança e controle de tributos com integração dos sistemas de arrecadação tributária e atenção aos contribuintes que permite a geração automática de relatórios gerenciais e de acesso aos serviços web pelos contribuintes; e (ii) mecanismos de gestão do Imposto de Transmissão sobre Causa Mortis e Doação (ITCD) aprimorados, com a definição de modelo de declaração eletrônica, acreditação de escritórios de advocacia, disponibilidade automatizada de valores de referência de bens imobiliários para base de cálculo do imposto e conta corrente de ITCD.

- **Componente III – Administração financeiro e gasto público**

Este componente está orientado a aumentar a eficiência do planejamento, da execução financeira e da qualidade dos gastos e financiará os seguintes produtos:

a) *Melhoria do planejamento, orçamento e finanças estadual*, por meio de: (i) modelo conceitual de planejamento definido, que abrange o planejamento, monitoramento e avaliação do orçamento estadual, contempla a análise econômico-financeira de projetos de investimento e a criação de um



instrumento para monitoramento de projetos estruturantes do Estado; e (ii) um sistema integrado de planejamento e gestão fiscal implantado, para o desenvolvimento de um sistema capaz de oferecer: maior nível de detalhe da execução de processos e projetos; integração com a folha de pagamento do Estado; e módulos para a previsão de reestimativa de receitas; emissão de relatório de repasses financeiros; fluxo de caixa; controle patrimonial; dívida pública; controle de precatórios; conciliação contábil-financeira e bancária de acordo com as regras de convergência contábil.

b) *Fortalecimento da gestão de custos*, incluindo: (i) modelo de gestão de custos definido, mediante a definição da modelagem para a análise de projetos de investimento e alocação de recursos para a execução de políticas públicas; e (ii) análise de custo setorial realizada, com a definição de um piloto de monitoramento, controle e análise de custo setorial.

2. Principais Políticas Contábeis:

Base Contábil

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base de caixa, registrando-se as receitas quando do efetivo recebimento dos recursos e reconhecendo-se as despesas quando estas forem efetivamente pagas. Esta prática contábil difere dos princípios de contabilidade geralmente aceitos, segundo os quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando do seu pagamento. No entanto, as NICSP (Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público) foram aplicadas para estas circunstâncias conforme previstas no capítulo "IPAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa".

Unidade Monetária

Os demonstrativos financeiros do programa foram elaborados em moeda local e em dólares dos Estados Unidos. Para o cálculo da equivalência em dólar americano, dos recursos recebidos em moeda nacional na conta específica do banco comercial, utiliza-se a taxa de câmbio da internalização dos recursos. Para os pagamentos das despesas efetivadas em reais, com recurso do BID (foi utilizada a taxa de internalização) e com recursos da contrapartida foi utilizada a taxa de câmbio de compra do Banco Central da data do pagamento.

O Sistema de Controle Orçamentário - SCO é utilizado pelo projeto para gerar os relatórios financeiros requeridos pelo Banco, quanto a execução (dotação, empenho e pagamento) utiliza-se do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

3. Fundos Disponíveis:

O saldo disponível dos recursos recebidos do BID está depositado na conta do Banco do Brasil agência nº 3846-6 conta corrente nº 8620-7, e incluem os rendimentos de aplicações financeiras, conforme mostrados no Item I, da Conciliação de Recursos Antecipados pelo Banco.

	Em US\$
	31/12/2021
Conta Bancária. Banco do Brasil nº 8620-7	3,900,838.53
Rendimentos de Aplicações Financeiras	93,114.74
Total	3,993,953.27

Durante o ano de 2021 foram registradas receitas provenientes de rendimentos de aplicação financeira no total de US \$93.114,74, que são apropriadas na Demonstração de Fluxos de Caixa como aporte de Contrapartida Local.

4. **Adiantamentos (Antecipos) Pendentes de Justificação:**

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo pendente de justificação ao BID é de US\$ 1,969,965.11 (um milhão, novecentos e sessenta e nove mil, novecentos e sessenta e cinco dólares e onze centavos), e está representado por gastos pendentes de justificação/comprovação, que são compatíveis com os mostrados na Demonstração de Fluxos de Caixa, no Item II da Conciliação dos Recursos Antecipados pelo Banco, anexo a estas notas explicativas, e na Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (item 12, destas notas explicativas).

5. **Adiantamentos (antecipos) e justificativas:**

	US\$
Saldo de adiantamentos no início do período	7,715,226.30
(-) Adiantamentos legalizados	7,568,626.35
(+) Adiantamentos recebidos durante o período	5,723,711.47
(=) Saldo de adiantamentos no encerramento do período	5,870,311.42

6. **Fundo Rotativo:**

Não se aplica a esse contrato de empréstimo nº 4458-OC-BR.

7. **Fundos de Contrapartida Local:**

O Governo do Estado do Maranhão assumiu o compromisso de contribuir com a importância total de US\$ 3,900,000.00 (três milhões e novecentos mil dólares), como contrapartida local para o Projeto. Até 31 de dezembro de 2021, o Governo contribuiu com a importância de US\$ 4,215,189.73 (quatro milhões, duzentos e quinze mil, cento e oitenta e nove dólares e setenta e três centavos), correspondente a 108 % do total acordado.

Tal fato tem origem na sinalização, durante a Missão de Supervisão realizada no mês de março/2021, do organismo financiador para a possibilidade de apropriação dos recursos investidos no desenvolvimento do Sistema de Gestão Fiscal (GFIS), produto integrante do PROFISCO, no valor de US\$1,801,236.17, como contrapartida local. O desenvolvimento desse sistema estava previsto na Matriz de Problemas, Soluções e Resultados do PROFISCO com o intuito de sistematizar o planejamento, execução, controle e avaliação da ação fiscal. Em anexo relatório e planilha dos valores reconhecidos.

8. **Ajuste de Exercício Anterior:**

O critério utilizado no Demonstrativo de Fluxo de Caixa é o de Saldos Acumulados.

9. **Aquisição de Bens e Serviços:**

De acordo com as demonstrações de investimentos, houve aquisições de bens e serviços e foram efetuadas com observância às normas do BID e da disposição da Lei 8.666/93, no valor de US\$ 6,327,487.47 (seis milhões, trezentos e vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e sete dólares e quarenta e sete centavos), em ambas as fontes.



10. **Conciliação entre a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados:**

DESCRIÇÃO	BID	LOCAL	TOTAL
Demonstração de Fluxo de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	9,538,591.46	4,215,189.73	13,753,781.19
Demonstrativo de Investimentos	9,538,591.46	4,215,189.73	13,753,781.19
Diferença	-	-	-

11. **Gastos Realizados por Categoria de Investimento:**

Categoria de Investimento	BID	LOCAL	TOTAL
CUSTOS DIRETOS	3,416,955.64	2,890,822.98	6,307,778.62
1.1 Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	1,597,339.24	0,00	1,597,339.24
1.2 Administração Tributária e Contencioso Fiscal	1,819,616.40	1,801,236.13	3,620,852.53
1.3 Administração Financeira e Gasto Público	0,00	1,089,586.85	1,089,586.85
GESTÃO DO PROJETO	19,708.85	0,00	19,708.85
2.1 Monitoramento e Avaliação	19,708.85	0,00	19,708.85
2.2 Auditoria	0,00	0,00	0,00
CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00
3.1 Imprevistos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3,436,664.49	2,890,822.98	6,327,487.47

12. **Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID por Categoria de Inversão:**

Categoria de Investimento	Demonstração de Investimento	OPS-1	Diferença
CUSTOS DIRETOS	9,512,749.91	7,551,161.28	1,961,806.69
Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	6,401,477.65	-	
Administração Tributária e Contencioso Fiscal	3,111,272.26	-	
Administração Financeira e Gasto Público	0,00	-	0,00
GESTÃO DO PROJETO	25,841.55	17,465.07	8,158.42
Monitoramento e Avaliação	0,00	-	0,00
Auditoria	0,00	-	0,00
CONTINGÊNCIA	0,00	-	0,00
Imprevistos	0,00	-	0,00
TOTAL	9,538,591.46	7,568,626.35	1,969,965.11

A diferença acima refere-se aos gastos realizados no período de 12 de agosto de 2021 a 31 de dezembro de 2021, pendentes de comprovação ao Banco, os quais serão incluídos na Solicitação de Desembolso nº 08, do tipo Prestação de Contas (Justificativa).

13. **Conciliação do Passivo a Favor do BID:**

Descrição	Total
Recursos Recebidos Conforme Fluxo de Caixa	13,438,937.77
Relatório BID – OPS-1	13,438,937.77
Diferença	0,00

14. Contingências:

Não há evidências de registro de demanda judicial ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos quer contra a administração do Programa até a data base de 31 de dezembro de 2021.

15. Eventos Subsequentes:

Não há registro de eventos ocorridos entre a data do encerramento do exercício e a data da elaboração dos demonstrativos financeiros que pudessem afetar a situação apresentada para base de 31 de dezembro de 2021.

16. Situação dos Ajustes Originados de Opiniões Diferentes dos Padrões por Parte dos Auditores do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) no Período:

Não houve modificações que afetem o período em curso que pudessem ocasionar modificações nas demonstrações financeiras do período anterior.

17. Outros:

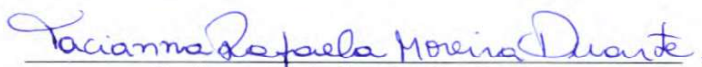
- Em função de bloqueios judiciais determinados na Conta 8620-7, Agência: 3846-6 – BB, uma diferença a maior de R\$ 3.348,35 (três mil, trezentos e quarenta e oito reais e trinta e cinco centavos), correspondente a US\$ 600,07, ao câmbio de 31/12/2021, foi apurada no saldo em 31/12/2019, oriunda dos bloqueios judiciais e composta pelos valores a maior correspondentes a devoluções determinadas com rendimentos + entrada de valor de bloqueio realizado em outra conta do estado, conforme detalhamento do Banco do Brasil em anexo.

Tal fato já foi comunicado nas Demonstrações Financeiras de 2020.

- Diferença decorrente de variação cambial de US\$ 4,10. A variação cambial é a oscilação monetária oriunda da alteração nas taxas de câmbio entre dois momentos e oscilam positiva ou negativamente, a depender da variação do câmbio.

Para justificativa das despesas realizadas em moeda local com recursos de financiamento a taxa de câmbio aplicável no Contrato 4458/OC -BR é a taxa de internalização de recursos, o que não possibilita uma variação cambial para os recursos da fonte BID. No entanto, para os recursos decorrentes de aplicação financeira, assim como para ajustes de despesas financeiras, a taxa de câmbio aplicada é aquela de 31 de dezembro ou da data do fato gerador do ajuste.

São Luís, 11 de fevereiro de 2022



Tacianna Rafaela Moreira Duarte
Coordenadora Administrativo Financeira
PROFISCO/MA



Myrthes Barbosa Frota
Coordenadora Geral
PROFISCO/MA